



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

Aos 18 dias do mês de outubro de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 126/XIII/3.^a e 127/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 10 e 11 de outubro de 2017
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Ministro do Ambiente e do Conselho de Administração da Transtejo/Soflusa
3. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 599/XIII/2.^a (PSD) – Reforça a defesa da concorrência e regula as ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência (Private enforcement)
 - Relator: Deputado Ricardo Bexiga (PS)
4. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 283/XIII/2.^a – Solicitam a atribuição de um nome ao aeroporto do Montijo que não seja o de Mário Soares
 - Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)
5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 943/XIII/2.^a (PCP) – Pela construção da Ponte Internacional do Guadiana entre Alcoutim e Sanlúcar
6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 231/XIII/1.^a (PSD) – Urgência de Intervenção na EN - 4, no troço da Atalaia-Pegões
7. Nomeação de relator para o parecer na generalidade relativo à Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.^a (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018
 - Relator cabe ao CDS-PP



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

8. Nomeação de relator para o parecer na generalidade relativo à Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a – Aprova o Orçamento do Estado para 2018

– Relator cabe ao CDS-PP

9. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 126/XIII/3.^a e 127/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 10 e 11 de outubro de 2017

Submetidas a votação as atas n.ºs 126/XIII/3.^a e 127/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 10 e 11 de outubro de 2017, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Ministro do Ambiente e do Conselho de Administração da Transtejo/Soflusa

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o requerimento, referindo que pretendia fazer o ponto de situação rigoroso e atualizado sobre quadro de operacionalidade destas ligações entre Lisboa e o Barreiro, o Montijo, o Seixal, Cacilhas e Trafaria, da frota da Transtejo e da Soflusa, sua manutenção e capacidade de resposta da empresa. Lembrando que o que motivava o requerimento era uma situação concreta, particularmente grave, que se verificava nesse momento, solicitou que estas audições se realizassem antes do debate da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2018.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), para lembrar que já tinha sido aprovado um requerimento do BE para audição do Ministro do Ambiente sobre a expansão da linha do Metropolitano de Lisboa, audição que pretendia que se fizesse também antes do debate da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2018, pelo que não se opunha à utilização de uma grelha mais alargada para



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

realização das duas audições numa reunião; Pedro Mota Soares (CDS-PP), para concordar com o requerimento, lembrar a necessidade de ouvir primeiro o Conselho de Administração da Soflusa e concordar com a realização das audições antes do debate da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2018; e António Costa Silva (PSD) e Carlos Pereira (PS), no mesmo sentido.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

3. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 599/XIII/2.^a (PSD) – Reforça a defesa da concorrência e regula as ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência (Private enforcement)

– Relator: Deputado Ricardo Bexiga (PS)

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) apresentou o parecer de forma circunstanciada.

Usaram da palavra os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), para cumprimentar o relator pela qualidade e clareza do parecer; Pedro Mota Soares (CDS-PP), para o mesmo fim e para concordar com sugestão de audição da Autoridade da Concorrência, que pode ser feita em fase de apreciação na especialidade; Heitor de Sousa, para a mesma finalidade e para defender que a audição da Autoridade da Concorrência deveria ter ocorrido até antes da discussão da iniciativa na generalidade em Plenário; e Bruno Dias (PCP), no mesmo sentido.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS), para lembrar que as diretivas são um instrumento legislativo de harmonização de legislações nacionais e não de transposição pura e simples das normas comunitárias, que este projeto de lei transpunha quase *ipsis verbis* as normas da diretiva em causa, mas isso não ficava bem porque não encaixava na legislação nacional, tendo dado exemplo de norma do projeto de lei. Referiu que a nota técnica elaborada a propósito desta iniciativa referia casos de outras soluções jurídicas seguidas noutros países e defende que se devia ter



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

essa possibilidade em conta, pois os partidos têm de ter muito cuidado com a forma como tratam estas questões, sob pena de a Assembleia da República produzir má legislação.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), para sugerir ao relator a inserção de um parágrafo no parecer que referisse o facto de o prazo de transposição da diretiva estar já ultrapassado, o que foi aceite pelo relator.

Submetido o parecer, com esta alteração, a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

4. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 283/XIII/2.^a – Solicitam a atribuição de um nome ao aeroporto do Montijo que não seja o de Mário Soares

– Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)

De seguida, o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) apresentou o relatório final da petição em epígrafe, tendo dado conta das diligências efetuadas no âmbito da apreciação da petição.

Usaram da palavra os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), para referir que ainda não existia o aeroporto e já se discutia o nome a dar-lhe e lembrar que, tendo em conta o teor da petição, o Grupo Parlamentar do PSD tinha deliberado não participar nas audições e defendeu que nem deveria ter sido admitida como petição; ao que respondeu o Senhor Presidente que, em seu entender, esta petição deveria ter sido arquivada e deveria ter havido um consenso entre os grupos parlamentares para a sua não discussão; Heitor de Sousa (BE), para defender que, para a opinião pública, era importante saber que, mesmo havendo uma avaliação negativa dos grupos parlamentares quanto à petição, ela deve ser respeitada porque a lei não estabelece nenhum limite de conteúdo às petições e que, possivelmente, também fazia falta aos peticionários ouvirem posições contrárias à sua por parte dos grupos parlamentares, tendo concluído que, se a petição cumpria os critérios, deveria subir a Plenário e



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

esperava que os grupos parlamentares expressassem as mesmas opiniões que tinham expressado na Comissão.

Encerrou a discussão o Deputado relator, afirmando que compreendia a posição do PSD, que já a tinha expressado aquando da distribuição da petição, mas, até em homenagem ao próprio Mário Soares, que foi um combatente pela liberdade, valia a pena ouvir todas as opiniões e que ele seria o primeiro a admitir que a petição se discutisse.

Submetido o relatório a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do BE.

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 943/XIII/2.^a (PCP) – Pela construção da Ponte Internacional do Guadiana entre Alcoutim e Sanlúcar

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 943/XIII/2.^a (PCP) - Pela construção da Ponte Internacional do Guadiana entre Alcoutim e Sanlúcar, sublinhando a situação de decréscimo da População e do declínio económico do Nordeste Algarvio, e que para travar este decréscimo há necessidade de fazer investimentos, com importância para a construção da Ponte entre Alcoutim e Sanlúcar, reivindicação antiga da População.

Recordou

- o lançamento pelo Instituto das Estradas de Portugal de um concurso público para a realização de um estudo prévio para a definição das características da ponte e sua localização (em 2001-2002),
- a inclusão de uma verba para a construção da ponte no quadro do programa comunitário INTERREG III (em 2003),
- que desde há 15 anos que não houve evolução,
- que o anterior Governo remeteu a construção da ponte para as entidades locais, e

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

- que, em 2013, o Projeto de Resolução do PCP, que recomendava ao Governo a construção da Ponte Internacional do Guadiana entre Alcoutim e Sanlúcar, foi rejeitado pela maioria PSD/CDS.

Reiterou que a responsabilidade da construção da ponte não deve ser remetida para entidades locais, que têm falta de meios.

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) manifestou perplexidade perante este Projeto de Resolução do PCP, recordando o anterior Projeto de Resolução do PCP de 2013 ter tido apoio dos Grupos parlamentares da atual maioria, mas que agora, com menor pressão de restrições das finanças públicas, não conseguiram gerar solução, nem reflexo nos dois anteriores Orçamentos de Estado.

Disse esperar que seja possível haver solução e recordou que o PSD já em 2013 venceu que as autoridades locais podem construir esta ligação.

Salientou outras prioridades do PSD para o Algarve:

- a requalificação da estrada nacional 125, e
- o Hospital central do Algarve.

Por fim, desafiou os Grupos parlamentares da maioria a apresentarem as suas prioridades e a construção desta ponte.

O Senhor Deputado António Eusébio (PS) lembrou que a Ponte entre Alcoutim e Sanlúcar é reivindicação antiga da População e referiu a desertificação do interior do Algarve devida à menor atividade económica e não tanto por falta de comunicações rodoviárias.

Considerou importante priorizar os investimentos no Algarve, salientando as obras na Ponte do Guadiana entre Vila Real de Santo António e Ayamonte, no valor de 10 milhões €.

Referiu que o assunto tem sido uma preocupação do Sr. Presidente Osvaldo Gonçalves da Câmara de Alcoutim, o qual tem falado com as autoridades locais



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

Espanholas, no sentido de encontrarem uma solução para a construção de uma travessia pedonal entre Alcoutim e Sanlúcar, notando que, atendendo ao elevado custo de uma ponte rodoviária, as autarquias não têm meios para as executarem.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) venceu que a Ponte entre Alcoutim e Sanlúcar é reivindicação antiga das Populações, citando a Convenção de Albufeira, que previa a construção, mas não teve continuação.

Lembrou que o BE já questionou o Governo várias vezes.

Considerou que a construção da Ponte entre Alcoutim e Sanlúcar continua estratégica para combater a desertificação e a falta de mobilidade, explicando que as entidades locais não têm verba para a construção.

Afirmou que o BE concorda com o Projeto de Resolução do PCP.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) cumprimentou o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) pela apresentação deste Projeto de Resolução.

Considerou que a construção da Ponte entre Alcoutim e Sanlúcar seria importante para toda a região do baixo Guadiana, explicando que hoje apenas há a ligação por barcaça.

Admitiu a possibilidade de travessia feita por ferry e referiu que para muitas entidades algarvias (AMAL, CCDR, etc.) há outras prioridades.

Considerou que mesmo com o Projeto de Resolução aprovado, apenas com alterações do OE será possível este investimento.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) notou que todos os Grupos parlamentares reconheceram que o despovoamento da região pode ser combatido com investimento, nomeadamente com a construção da Ponte entre Alcoutim e Sanlúcar.

Contestou a posição do PSD porque as autarquias locais não têm meios financeiros para a construção da Ponte, e venceu que não basta o Projeto de Resolução aprovado



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

e que, depois, é preciso construir a Ponte, lembrando os estudos anteriormente feitos sobre as opções a considerar.

Concluiu que a requalificação da Ponte de Vila Real de Santo António é importante, mas não basta, e que se mantém a necessidade da construção da Ponte entre Alcoutim e Sanlúcar.

Por fim, considerou que há condições para a atual maioria aprovar a viabilização desta Ponte e a sua futura construção.

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 231/XIII/1.^a (PSD) – Urgência de Intervenção na EN - 4, no troço da Atalaia-Pegões

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou o projeto de resolução, afirmando que o mesmo versava uma estrada que faz a ligação entre o Montijo e Elvas, com tráfego de viaturas, nomeadamente pesadas, muito intenso, e que se encontra em estado muito degradado. Prosseguiu, afirmando que, entre a apresentação deste projeto de resolução e a atualidade, a degradação da estrada se acentuou e tinha sido já feito o auto de consignação, mas importava que a obra fosse realizada. Reiterou a urgência desta obra, uma vez que com a aproximação do inverno o estado da estrada só podia originar mais acidentes. Reconheceu que esta obra deveria ter sido realizada há mais tempo, tinha todas as condições para isso e só lhe restava lamentar que não o tivesse sido feito.

Intervieram na discussão desta iniciativa os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), André Pinotes Batista (PS), Heitor de Sousa (BE) e Pedro Mota Soares (CDS-PP).

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lembrou que em dezembro de 2011 o seu grupo parlamentar tinha questionado o Governo de então sobre a situação desta estrada, tendo recebido resposta no final de janeiro de 2012, referindo intervenções de reparação corrente e pontuais e que o pavimento necessitava de uma intervenção mais profunda, o que, afirmou, não aconteceu até hoje. Dando conta dos termos resolutivos deste projeto de resolução, lembrou que o mesmo deu entrada na Assembleia da República em 7 de abril de 2016 e no dia seguinte foi votado um



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

projeto de resolução do PCP sobre a mesma matéria e no mesmo sentido, tendo-se o PSD absterido. Questionou sobre a posição do PSD e defendeu que a Assembleia da República não devia aprovar resoluções sobre a mesma matéria ano após ano, reiterando posições anteriormente assumidas, ignorando as anteriores, realçando que, no presente caso, o que se apresentava era praticamente uma cópia daquilo que já tinha sido votado, solicitando a realização de uma obra que tardou muito, e não apenas 5 ou 6 anos, com prolongada luta das populações. Expressou concordância com a urgência da obra, registou que o ato de consignação finalmente tinha avançado mas continuava sem compreender a situação atual desta estrada.

Por sua vez, o Senhor Deputado André Pinotes Batista (PS), considerou caricata a situação de se estar a discutir um problema que já tinha solução. Referiu que com a consignação da obra em agosto passado já estava em marcha a resolução deste problema. Concretizou que se tratava de uma intervenção de 3,6 milhões de euros, com repavimentação integral do troço, substituição da sinalização vertical, criação de equipamentos de segurança e substituição de sistemas de drenagem. Afirmou que a obra estava a cumprir os prazos e era importante para a mobilidade dos concelhos afetados, em especial para os alunos, que não tinham escola secundária em Pegões e na Canha, e as indústrias da região, por constituir uma via alternativa a outras vias portajadas. Concluiu, reafirmando que o calendário estava a ser cumprido e que o importante era que a obra se realizasse.

Pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) foi afirmado que, se a obra já estava em execução e a Assembleia da República já tinha aprovado uma resolução no mesmo sentido, a presente iniciativa era extemporânea e deixa de ter qualquer efeito prático a eventual aprovação de um projeto de resolução deste tipo.

Finalmente, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) considerou que a obra era muito relevante e congratulou-se pelo facto de estar programada e no terreno. Tendo em consideração a dimensão relativamente pequena. Expressou a sua perplexidade por perceber que pequenas intervenções, que eram muito importantes para as pessoas, estavam incluídas na cativação do orçamento da Infraestruturas de Portugal, S.A., e isso tinha consequências no dia-a-dia de cada uma das pessoas. Se



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

esta obra está em construção, concluiu, havia muitas outras que estavam a ser adiadas, devido a essas cativações.

Encerrou o debate a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), para referir que a parte resolutiva deste projeto de resolução podia ser semelhante à do projeto de resolução do PCP, mas os considerandos eram muito diferentes e o PSD não se revia nos do PCP, o que levou à posição do PSD nessa votação. Tendo em conta a data de entrada desta iniciativa na Assembleia da República, prosseguiu, era natural que em ano e meio tivessem sido dados os primeiros passos para resolver este problema. Após referir a elevada sinistralidade rodoviária verificada naquela estrada, concluiu considerando que o projeto de resolução mantinha a atualidade, pois continuava a ser importante e urgente a reparação daquela via, para se poupar danos e vidas e responder às solicitações das pessoas que vivem naquela região.

7. Nomeação de relator para o parecer na generalidade relativo à Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.^a (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018

– Relator cabe ao CDS-PP

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP).

8. Nomeação de relator para o parecer na generalidade relativo à Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a – Aprova o Orçamento do Estado para 2018

– Relator cabe ao CDS-PP

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP).

9. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que tinham baixado, na 6.^a feira anterior, para apreciação na especialidade, os P JL 172/XIII (PAN), 622/XIII (BE) e 623/XIII (PEV) – todos relativos à permanência de animais em estabelecimentos comerciais; que o PCP solicitou o adiamento, por 15 dias, do prazo para apresentação de propostas de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

alteração às PPL 83/XIII, 83/XIII e 85/XIII, que deveria ter terminado no dia 16 de outubro; e que o PCP tinha apresentado um requerimento para ser solicitado à Autoridade da Concorrência um estudo sobre CMEC e a declaração/comunicação da AdC, bem como a informação sobre a que órgãos de soberania e entidades públicas foram enviados estes documentos, pelo que iria ser enviado ofício à Autoridade da Concorrência solicitando esses documentos, em conformidade com a atuação que a Comissão costuma ter para este tipo de requerimentos.

Usou da palavra o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para, tendo em conta o facto de os incêndios dos dias 15 e 16 de outubro terem afetado muitas empresas, apesar de esta ser uma questão da área da Comissão de Agricultura e Mar, propor que a CEIOP acompanhasse e participasse nas visitas e diligências que se realizassem.

Respondeu o Senhor Presidente, apoiando a sugestão e informando que iria falar com o Presidente da 8.^a Comissão para uma articulação entre ambas as comissões, tendo afirmado que, se a 8.^a Comissão nada tivesse previsto, a CEIOP deveria fazer uma visita ao terreno, com a duração de um dia, centrada na questão das empresas e do turismo.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) concordou também com a sugestão apresentada e defendeu que se deveria olhar para a lógica da economia no seu conceito global, incluindo aqui a economia da floresta, pois o impacto económico de fogos da dimensão destes extravasa as áreas e os equipamentos ardidos. Questionou também sobre o ponto de situação das audições sobre o subsídio social de mobilidade, que foram adiadas para depois da apresentação da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2018, mas que em seu entender se deveriam realizar antes da votação na especialidade dessa iniciativa legislativa. Defendeu também que o Grupo de Trabalho – Transportes Públicos tinha de começar a tratar das iniciativas legislativas sobre os veículos descaracterizados.

Por sua vez, o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) afirmou que, quanto à questão do subsídio social de mobilidade, o seu grupo parlamentar se preocupava também



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

com a compatibilização entre o que estão a fazer os grupos de trabalho entre o Governo da República e os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, que estão a trabalhar nesta matéria, e o trabalho que se vai fazer na Assembleia da República, para não se decidir aqui coisas sobre o subsídio social de mobilidade e o Governo decidir outras que não estão em consonância com estas. Considerou também que a proposta de lei de Orçamento do Estado para 2018 contempla valores em linha com os previstos em orçamentos anteriores.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) concordou com as intervenções anteriores e realçou o facto de se dever continuar a salvaguardar que não haja atividades simultâneas com a discussão orçamental.

Interveio o Senhor Presidente, para afirmar que, respeitando a discussão da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2018, o Grupo de Trabalho podia sinalizar o facto de estar a tratar das matérias e que ninguém estava a atrasar processos.

Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), para considerar importante a coordenação com a 8.^a Comissão, no que tocava à visita aos distritos mais afetados pelos incêndios de 15 e 16 de outubro, e afirmar que não fazia sentido fazer visitas conjuntas, pois as comissões deveriam pretender visitar coisas diferentes. No que tocava ao processo legislativo em curso, defendeu que quando alguém apresentava uma iniciativa tinha a obrigação de pugnar pela conclusão do seu processo legislativo, havendo sempre uma leitura a ser feita de quem apresenta uma iniciativa legislativa e nada mais faz, sendo certo que o grupo de trabalho tem mais flexibilidade para reunir do que a Comissão.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para reiterar, por parte do PCP, a disponibilidade para trabalhar e colaborar na melhor forma de agilizar as tarefas que a Comissão tem em mãos, salvaguardando que não haja atropelos aos direitos dos grupos parlamentares e ao Regimento da Assembleia da República. Referiu também que situação do processo legislativo pendente na Comissão também se relacionava com o facto de esta Comissão ter um volume de encargos e tarefas muito grande, porque resulta da junção de várias comissões numa só.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.^a SL

O Senhor Presidente encerrou a discussão, afirmando que falaria com o coordenador do Grupo de Trabalho – Transportes Públicos. Quanto à visita, o que pretendia era que não houvesse visitas simultâneas ou sucessivas de comissões sem estarem articuladas. Tendo em conta o calendário de discussão da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2018, adiantou que a data previsível para a visita da Comissão seria o dia 10 de novembro.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Carlos Pereira
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
André Pinotes Batista
António Topa
João Vasconcelos
Maria das Mercês Borges
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Heloísa Apolónia
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo
Hortense Martins
Paulino Ascensão